

## EIXO TEMÁTICO 6 | EDUCAÇÃO, SOCIEDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS

### FORMAÇÃO E ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL: análise da trajetória curricular na Universidade Federal do Piauí

### TRAINING AND INTERNSHIP IN SOCIAL WORK: ANALYSIS OF THE CURRICULAR trajectory at the Federal University of Piauí

DAFNE DIAS LAGES MONTEIRO<sup>1</sup>  
SOFIA LAURENTINO BARBOSA PEREIRA<sup>2</sup>

#### RESUMO

Objetiva-se investigar a trajetória da formação profissional em Serviço Social, com ênfase no estágio curricular obrigatório na Universidade Federal do Piauí (UFPI). Tratam-se de reflexões realizadas para dissertação de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFPI. Realiza-se análise histórica da profissão desde sua origem até os dias atuais, destacando marcos regulatórios e transformações teóricas, metodológicas e políticas. Utilizando uma abordagem qualitativa, foram examinados documentos institucionais, currículos e planos de curso para identificar mudanças no estágio ao longo do tempo. Além disso, explora-se a importância da supervisão acadêmica e de campo, vinculando-as às diretrizes curriculares e ao código de ética da profissão vigente. O estudo revela a relevância do estágio em Serviço Social, destacando-o como componente fundamental para a formação acadêmica e sua articulação com o trabalho profissional.

**Palavras-chave:** Formação Profissional; Estágio Supervisionado; Serviço Social.

#### ABSTRACT

The aim of this study is to investigate the trajectory of professional training in Social Work, with an emphasis on the mandatory internship at the Federal University of Piauí (UFPI). These are reflections conducted for a master's dissertation in the Graduate Program in Public Policies at UFPI. A historical analysis of the profession is carried out from its origins

<sup>1</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Piauí, Bacharela em Serviço Social (UFPI). Participa do Projeto de Extensão "História e Memória da Formação no Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí" (2024). Email: dafne@ufpi.edu.br.

<sup>2</sup> Doutora em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Professora do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas da UFPI. E-mail: sofialaurentino@ufpi.edu.br.

to the present day, highlighting regulatory milestones and theoretical, methodological, and political transformations. Using a qualitative approach, institutional documents and course plans were examined to identify changes in the internship over time. Additionally, the importance of academic and field supervision is explored, linking them to the curriculum guidelines and the current professional code of ethics. The study reveals the relevance of the internship in the professional training of Social Work, emphasizing it as a fundamental component for academic formation.

**Keywords:** Professional Qualification; Supervised Internship; Social Work.

## 1 INTRODUÇÃO

A formação profissional em Serviço Social no Brasil é marcada por transformações significativas ao longo das décadas, refletindo os contextos políticos, econômicos e sociais do contexto brasileiro, assim como as mudanças teóricas, metodológicas, políticas e técnicas no âmbito da trajetória profissional. Desde suas origens, nas primeiras escolas que surgiram no país, na área na década de 1930, até os dias atuais, o Serviço Social foi influenciado por diferentes correntes do pensamento, refletindo mudanças na compreensão e na abordagem da realidade social e da profissão. Desde os primórdios, o estágio aparece como componente formativo importante, embora com transformações no decorrer da história.

Nessa direção, o presente trabalho objetiva investigar a trajetória da formação profissional em Serviço Social, com ênfase no estágio curricular obrigatório na Universidade Federal do Piauí (UFPI). Tratam-se de reflexões realizadas para dissertação de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFPI.

A proposta metodológica do trabalho envolve uma análise histórica e documental, buscando identificar mudanças e continuidades na organização e no desenvolvimento do estágio ao longo do tempo, com um olhar específico para o curso de Serviço Social da UFPI. Trata-se de um estudo bibliográfico e documental, de abordagem qualitativa, que examinou documentos institucionais, currículos, planos de curso, dentre outros.

Ao compreender a trajetória da formação profissional em Serviço Social e a evolução do estágio curricular obrigatório na UFPI, espera-se contribuir para uma reflexão sobre os desafios e as perspectivas da profissão, bem como para o aprimoramento das políticas e práticas de ensino e supervisão no campo do Serviço Social.

Para tal, o artigo está dividido em dois tópicos, onde o primeiro aborda a origem e

evolução da formação profissional em Serviço Social no Brasil, desde suas influências iniciais até as transformações decorrentes do Movimento de Reconceituação, além de discutir as Diretrizes Curriculares da ABEPSS e o Estágio curricular obrigatório como parte integrante da formação acadêmica em Serviço Social.

O segundo tópico apresenta a trajetória específica do estágio curricular obrigatório na UFPI, desde sua criação em 1976 até os dias atuais, discutindo as mudanças ocorridas nos currículos e na organização do estágio nos distintos momentos, bem como a importância da supervisão acadêmica e de campo na formação dos estudantes.

## **2 A TRAJETÓRIA DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL E O ESTÁGIO SUPERVISIONADO**

A origem do Serviço Social brasileiro remonta à década de 1930, quando surgiram as primeiras escolas no país, ainda com uma formação profissional fortemente influenciada pelo humanismo cristão e pelo neotomismo. Essa formação estava enraizada na doutrina social da Igreja Católica, seguindo o modelo franco-belga. Isso implicava que os assistentes sociais deveriam possuir uma base doutrinal sólida, fundamentada em princípios cristãos, considerada essencial para sua atuação.

Nos primórdios, a profissão era compreendida como uma vocação fundamentada nas concepções religiosas. Sendo assim, o Serviço Social deveria colaborar com a restauração da ordem social cristã e “impedir o crescimento do comunismo, que foi condenado solenemente por Pio XI na Encíclica *Quadragesimo Anno*, de 1931. E reconstruir a sociedade. Essa reconstrução implica a mudança da moral, dos costumes” (Aguiar, 2011, p. 29). Nesse cenário, evidencia-se abordagem onde as expressões da questão social eram vistas a partir de uma perspectiva moral e cultural, buscando um ajustamento do indivíduo na sociedade.

O contexto histórico que marca o surgimento das primeiras escolas de Serviço Social em São Paulo e no Rio de Janeiro, a partir da segunda metade dos anos 1930, foi marcado por uma série de eventos importantes. Um desses acontecimentos foi o movimento de resistência liderado pela classe trabalhadora urbana em resposta à crise econômica causada pela queda acentuada nos preços do café, que era o principal produto de exportação do país naquela época. Essa crise foi desencadeada devido à superprodução e ao colapso da Bolsa de Valores de Nova York em 1929, levando a uma redução nas receitas de exportação e a uma instabilidade

econômica que gerou diversas reações na sociedade brasileira.

Almeida (2016) destaca que estas reações incluíram tanto respostas repressivas quanto tentativas de cooptação e controle dos trabalhadores por meio do corporativismo estatal. Além disso, houve mobilização de setores da sociedade civil com o objetivo de promover o ajustamento moral dos operários, destacando os elementos fundamentais do processo de consolidação da dominação burguesa, no qual as relações arcaicas e o conservadorismo constituem componente central do processo de modernização das relações capitalistas.

Na década de 1940, ocorre a institucionalização do Serviço Social como profissão, tendo o Estado como o grande empregador de assistentes sociais, ampliando assim os seus mecanismos de controle sobre a estrutura e organização da profissão (Martinelli, 1989). Nesse período, a profissão passa por uma grande mudança na orientação: “se até meados dos anos 40, a influência mais importante foi recebida da Europa, em especial a linha franco-belga, uma nova orientação colocava-se em pauta agora” (Martinelli, 1989, p. 131).

Nesse cenário, o Serviço Social no país passa a receber influência com as abordagens do Serviço Social americano, realidade presente também nas décadas seguintes. A aproximação com os Estados Unidos se deu pela necessidade de instrumentalizar a profissão no Brasil (Aguilar, 2011) de forma que, com a influência norte-americana, a formação do Serviço Social brasileiro adquire bases positivistas e, gradativamente, uma perspectiva funcionalista. Essas influências implicaram no Serviço Social uma ênfase na integração dos indivíduos na ordem social vigente, em detrimento de uma abordagem mais crítica.

Na década de 1960, na América Latina, o Serviço Social vivencia a eclosão do Movimento de Reconceituação, que questiona as bases conservadoras da profissão e articula-se ao cenário de ampla movimentação política que acontecia no continente. No Brasil, o processo de renovação adquire particularidades, expressando-se a partir de distintas perspectivas, em decorrência, sobretudo, da sua emergência na Ditadura Militar.

No cerne da renovação, em meados de 1970, emerge a Intenção de Ruptura, possuindo um “caráter de oposição em face da autocracia burguesa” (Netto, 2015, p. 316). Esse projeto de ruptura vai se mostrar primeiro nas universidades, a partir da produção intelectual entre assistentes sociais. Como resultado desse movimento e a conjuntura do final da década de 1970 e início de 1980, nasce o Currículo Mínimo de 1982, considerado um avanço no processo formativo da categoria, superando o currículo anterior, de 1970, que ainda possuía bases conservadoras.

Como resultado desse processo, o Serviço Social brasileiro constrói o seu Projeto Ético-Político, que a partir da década de 1990, conquista hegemonia na categoria, com a defesa da liberdade como valor ético central, impactando no exercício e na formação profissional. Como resultado desse processo, surge o Código de Ética Profissional de 1993, a Lei de Regulamentação da Profissão (Lei nº 8662/93) e a aprovação das Diretrizes Curriculares, em 1996, pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS).

É fundamental destacar que a formação profissional, conforme definida pelas diretrizes curriculares da ABEPSS, posiciona-se em oposição ao projeto do capital. As condições estruturais têm um impacto significativo na maneira como essa formação é realizada nas universidades e na configuração do perfil dos estudantes, que apresentam novas demandas e requisitos para a formação profissional. Essas Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social da ABEPSS definem o perfil do bacharel como um profissional capacitado para enfrentar as expressões da questão social, tanto por meio de políticas públicas e empresariais quanto através de organizações da sociedade civil e movimentos sociais.

As Diretrizes Curriculares norteiam a formação profissional do Serviço Social no país, construindo um novo perfil profissional, a partir de três núcleos de fundamentação da formação: teóricos-metodológicos da vida social, da particularidade da formação histórica brasileira e do trabalho profissional (ABEPSS, 1996). Essas diretrizes buscam desenvolver uma formação que seja mais ampla, crítica e emancipatória, que considere as demandas sociais e promova a transformação da realidade.

Por esse motivo, representam os eixos temáticos que compõem o currículo da formação profissional, abrangendo diferentes áreas de conhecimento e competências necessárias para a atuação do assistente social. Esses núcleos são interligados e integram o currículo do curso de Serviço Social, proporcionando uma formação integral e articulada, que contempla tanto os aspectos teóricos quanto práticos da profissão.

Em vista disso, há também que se considerar a Política Nacional de Estágio (PNE) da ABEPSS, que representa um instrumento político-pedagógico que direciona o estágio supervisionado no Serviço Social. A PNE estabelece o estágio como um momento essencial na formação profissional, promovendo a integração entre ensino, pesquisa e extensão, em conformidade com as Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996. Essa abordagem vai além de simplesmente buscar uma educação de excelência; ela propõe uma visão emancipatória da educação. Dessa forma, é necessário refletir sobre o estágio como um momento de articulação

entre a formação acadêmica e a prática profissional

A PNE define princípios, como a supervisão direta de estágio, conforme a Resolução nº 533/2008 do CFESS, enquanto atribuição privativa do assistente social, e parâmetros como a proporção de alunos por supervisor acadêmico. Além disso, esclarece questões sobre a natureza obrigatória e não obrigatória do estágio e define as responsabilidades de cada participante no processo. A política incentiva a criação de Fóruns de Supervisão e oferece estratégias para a formulação de Políticas de Estágio nas instituições acadêmicas. Sua aplicação contribui para uma educação de qualidade, fortalecendo o compromisso com uma formação profissional embasada na realidade social e no projeto ético-político do Serviço Social.

## **2.1 O Estágio Curricular como estratégia de formação profissional em Serviço Social na Universidade Federal do Piauí**

A criação dos primeiros cursos de Serviço Social no Nordeste, que surgiram após meados dos anos 1940, com a escola de Pernambuco, mostra um certo descompasso entre as primeiras escolas no eixo Rio de Janeiro e São Paulo, ocorridas na segunda metade dos anos 1930. No Piauí, o primeiro curso de Serviço Social foi criado em 1976, na Universidade Federal do Piauí e, desde então, tem se esforçado para acompanhar os avanços propostos pela ABEPSS. No estado piauiense, “a UFPI vem cumprindo o seu papel há mais de cinco décadas, além de se destacar como a primeira instituição de ensino superior e de perfilar como potente influência na constituição da sociedade piauiense” (Vilarinho; Pereira; Costa, 2023, p. 160).

A partir de uma proposta de análise histórica e documental, especialmente no contexto piauiense, busca-se examinar uma variedade de fontes bibliográficas, incluindo documentos institucionais, currículos e planos de curso, para investigar a trajetória histórica do curso de Serviço Social e a evolução do estágio curricular na Universidade Federal do Piauí, compreendendo, a partir do texto de Le Goff (1990), que o documento é um testemunho e ensinamento das sociedades históricas:

O documento não é inócuo. É antes de mais nada o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio (Le Goff, 1990, s/p).

É importante evidenciar que alguns desses documentos históricos do curso, encontram-se dispostos em arquivos de diversos formatos nas salas do Departamento,

Coordenação e do Programa Educação Tutorial de Serviço Social, sem organização e deteriorados pelo tempo<sup>3</sup>. Como bem ressalta Le Goff (1990), mesmo quando esquecidos ou negligenciados, esses documentos continuam a exercer influência e a transmitir ensinamentos históricos, destacando a importância de preservá-los e estudá-los para uma compreensão mais profunda do passado.

Por meio dessa abordagem, examinar os currículos do curso é essencial para compreender não apenas as mudanças na estrutura e no conteúdo do programa, mas também identificar as influências externas e necessidades sociais que moldam a construção do conhecimento e da prática profissional em Serviço Social da UFPI. Para atingir tal objetivo, realizou-se uma leitura dos currículos do curso, com os dados dispostos no seguinte Quadro:

**Quadro I:** Currículos do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí

	Ano	Componente	Créditos	Carga Horária	Pré-requisitos
Currículo I	1976	Estágio I	0.0.1	45	Serviço Social de caso I; Serviço Social de Grupo I; Serviço Social de Comunidade I
		Estágio II	0.0.2	90	Estágio Supervisionado I
		Estágio III	0.0.2	90	Estágio Supervisionado II
Currículo II	1987	Estágio I	3.0.6	315	Introdução aos Trabalhos Práticos
		Estágio II	3.0.5	270	Estágio Supervisionado I
Currículo III	1994	Estágio I	3.0.5	270	Introdução aos Trabalhos Práticos
		Estágio II	3.0.5	270	Estágio Supervisionado I
Currículo IV	2007	Estágio I	0.0.15	225	Processo de Trabalho do Serviço Social III; Planejamento e Gestão de Políticas Públicas; Fundamentos Históricos Teóricos e Metodológicos do Serviço Social IV
		Estágio II	0.0.15	225	Estágio Supervisionado I
Currículo V	2023	Estágio I	0.0.15	225	Processo de Trabalho do Serviço Social III; Fundamentos éticos e ética profissional; Avaliação de políticas públicas e projetos sociais
		Estágio II	0.0.15	225	Estágio Supervisionado Obrigatório em Serviço Social I

Fonte: Elaboração própria com base nos currículos do curso.

Conforme o Quadro I, seguindo as informações que resgatam a memória do Estágio

<sup>3</sup> Atualmente, o Projeto de Extensão “História e Memória da Formação do Curso de Serviço Social da UFPI” desenvolve ações voltadas à preservação do patrimônio documental e histórico do Serviço Social no Piauí, com ênfase no acervo relativo à trajetória da formação na Universidade Federal do Piauí.



Supervisionado em Serviço Social da UFPI, em seus quase 50 anos de existência, atravessou 5 currículos. É importante destacar que a conjuntura da criação do curso, atravessava uma “crise da ditadura civil-militar instaurada em 1964 e ao processo de democratização que o Brasil experimentou entre o fim dos anos 1970 e meados dos anos 1980, o Serviço Social viveu uma extraordinária efervescência” (Netto, 2016, p. 63).

Nesse cenário, o primeiro currículo foi aprovado em 12 de novembro de 1976 e implementado em 1977, e permaneceu em vigor até 1984. Esse currículo estava alinhado ao Currículo Mínimo de 1970, que foi aprovado pelo Conselho Federal de Educação. É somente em 1982, quando é aprovado o Currículo Mínimo do curso pelo Ministério da Educação que, conforme Guimarães (1995), ocorrem as reformulações dos projetos curriculares da UFPI, dando origem ao Currículo II, em 1987 e III, em 1994.

A configuração da formação profissional na contemporaneidade é resultante dos profícuos debates do III Congresso brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), realizado em 1979, e da construção das bases para o Currículo Mínimo de 1982, pelo qual se teve um intenso e qualitativo processo democrático e participativo de revisão curricular, realizado na década de 1990, culminado nas Diretrizes Curriculares (DCS), elaboradas pela ABESS em 1996, atual ABEPSS, e promulgadas pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) em 2001 (Caputi, 2021, p. 59).

Assim, em 1987, é implantado o II Currículo de Serviço Social da UFPI. No ano seguinte, é fundamentada a Constituição Federal de 1988, marco regulatório de direitos humanos, que influencia diretamente o Serviço Social Brasileiro, conforme Netto (2016):

Na consideração histórica do movimento do Serviço Social após a constitucionalização do país (1988), põe-se o trabalho de elucidar a sua recepção de novas ideias, o seu trato com as instâncias políticas e governativas decorrentes da democratização, a renovação e o desenvolvimento das concepções profissionais (teóricas e práticas), a diversificação das suas práticas e as bases dos confrontos teóricos emergentes (Netto, 2016, p. 70).

Durante a década de 1990, o curso de Serviço Social da UFPI adota o seu III Currículo, implementado a partir de 1995, que vigorou até o primeiro semestre de 2006. Mesmo ainda regido pelo Currículo Mínimo de 1982, a sua vigência transcorreu o período de aprovação das Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996, que percorria as discussões no seio da formação na época.

Ao examinar e contrastar os currículos adotados pelo curso de Serviço Social da UFPI até então, Guimarães (1995) observa que nos Currículos II e III, o Ciclo Profissional desempenha um



papel significativo na formação dos estudantes. No que diz respeito ao Estágio Supervisionado durante os anos 1990, Guimarães (1995) aponta que as áreas de atuação mais populares entre os alunos foram: Criança e Adolescente; Saúde/Saúde Mental; Mulher; Empresa/Trabalho. Ao longo de todo o processo de mudança nos currículos, o Ciclo de Estágio também tem sofrido alterações:

No Currículo I, havia 03 disciplinas de Estágio e mais TCC - Trabalho de Conclusão de Curso, que não se constituía em disciplina com turma e sala de aula para os alunos. A partir do Currículo II, diminui o número de disciplinas de Estágio e TCC transforma-se em disciplina com as características acima, passando a fazer parte do Ciclo Complementar. O fato de TCC, no Currículo I, encontrar-se vinculado ao Ciclo de Estágio deve-se à compreensão, naquele momento, de que esse trabalho deveria ser produto e síntese das experiências dos alunos em campos de Estágio. (Guimarães, 1995, p. 31).

No atual Projeto Pedagógico, o Estágio Obrigatório possui uma carga horária de 450 h e 30 créditos, sendo desenvolvida em dois semestres letivos, articulada com as disciplinas de Seminário de Prática e Instrumentalidade do Serviço Social, que são co-requisitos, totalizando uma carga horária de 540 horas. No entanto, nem sempre essa foi a realidade vivenciada pelos discentes estagiários. É importante evidenciar que um novo currículo foi recentemente aprovado e está sendo implementado no primeiro semestre de 2024. Assim, o Projeto Pedagógico de 2012 que ainda está em vigor, continuará como referência por mais dois anos, até que o Projeto Pedagógico de 2023 se torne o único referencial.

O processo de supervisão é parte constitutiva do Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí (UFPI, 2012), que segue as Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS, 1996), conforme a Lei nº 11.788, a Lei de regulamentação da profissão, o Código de Ética do/a Assistente Social e a Resolução 533/08 do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS, 2008).

Exercer a supervisão de estágio é estar mergulhado(a) na dimensão educativa do trabalho e da formação profissional, na construção de conhecimentos, considerando que a supervisão é um espaço de vínculo do campo do trabalho profissional com as UFAS, sendo o espaço de formação permanente, de arte e ciência (Caputi, 2021, p. 142).

O processo de supervisão deve ser garantido, uma vez que sua inexistência é considerada ilegal, além disso, a supervisão é importante para uma formação de qualidade, pois

possibilita a articulação entre a formação e o trabalho profissional. Importante destacar que em outros momentos da Graduação o discente se aproxima do fazer profissional durante as oficinas, seminários, atividades de campo e de pesquisa oferecidas pelo curso, que são essenciais para a familiarização com a prática profissional. No entanto, é somente com o Estágio, que o discente vivencia a realidade profissional, especialmente em um contexto de trabalho neoliberal, onde compreender a realidade institucional na qual o estágio está inserido é importante tanto para o embasamento teórico-metodológico adquirido na universidade quanto para a vivência prática de diferentes contextos institucionais.

O estágio curricular não-obrigatório também é regulamentado pela Lei nº 11.788/2008, definida como uma atividade complementar, presente no Projeto Pedagógico do curso com as mesmas condições e garantias do estágio obrigatório. Além disso, a execução do estágio não obrigatório deve ser realizada respeitando todas as disposições legais previstas no estágio curricular obrigatório. A diferença entre essas duas experiências pedagógicas diferencia-se quanto a não obrigatoriedade e a carga horária. As legislações enfatizam que o estágio não obrigatório deve seguir os mesmos padrões do estágio obrigatório, conforme determinado pelos projetos pedagógicos dos cursos universitários. Portanto, nesta modalidade de estágio, são exigidos os mesmos critérios e procedimentos que o estágio obrigatório, incluindo supervisão acadêmica e de campo.

A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e o atrelamento do estágio à supervisão acadêmica e profissional, viabiliza uma capacitação competente e flexível, que permite uma dinâmica do processo ensino-aprendizagem. Concomitante ao estágio, as disciplinas de Seminário de Prática I e II, e a disciplina de Instrumentalidade do Serviço Social, os alunos se reúnem com os professores, a fim de discutir as expressões da Questão Social relacionadas ao campo de estágio, buscando reflexões teórico-metodológicas e prática acerca das questões vivenciadas no cotidiano estágio, dinamizadas em dois semestres letivos.

A necessidade de articulação entre essas dimensões do processo de formação “exige alicerçamento do projeto educacional do curso, do contrário, corre-se o risco de meramente atender as exigências do mercado em termos de desenvolvimento técnico e industrial” (Lewgoy, 2010, p. 170). A supervisão de estágio ocorre de duas formas simultâneas: a supervisão acadêmica e a supervisão de campo. A supervisão acadêmica é conduzida por um professor assistente social e está estreitamente vinculada à supervisão de campo, que é conduzida por um assistente social da instituição, sendo essa uma atribuição privativa dessa

profissão, prevista no Código de Ética do Serviço Social.

É direito do estudante ser orientado, visando qualificar seu processo de aprendizagem nas dimensões técnico-operativas, teórico-metodológicas e ético-política da profissão. Lewgoy (2010, p. 44) afirma que “investir na formação e na defesa de um espaço que possibilite aos acadêmicos uma prática reflexiva configura-se, pois, como movimento de valorização no sentido de um ensino de caráter emancipatório, comprometido politicamente com os processos sociais”. Isso significa que o estágio deve se constituir em um espaço de autonomia e criatividade na jornada desse processo de aprendizagem. Apesar dessas bases legais que tratam do estágio no Serviço Social datarem das décadas de 1990 e 2000, o estágio é parte da trajetória histórica na formação e no ensino da profissão no Brasil e no estado do Piauí.

### **3 CONCLUSÃO**

A trajetória da formação profissional em Serviço Social no Brasil, especialmente na Universidade Federal do Piauí (UFPI), reflete a evolução histórica e as transformações no pensamento e prática da profissão ao longo do tempo. Desde as origens da profissão, na década de 1930, marcada pela influência do humanismo cristão e do neotomismo, até os movimentos de reconceituação na década de 1960 e a consolidação do Projeto Ético-Político a partir dos anos 1990, o Serviço Social brasileiro passou por diversas fases de desenvolvimento e reconfiguração.

O surgimento das primeiras escolas de Serviço Social no Nordeste, incluindo o curso da UFPI em 1976, demonstram uma divergência temporal em relação às instituições no eixo Rio de Janeiro e São Paulo, mas reflete o esforço de expansão do ensino superior na região, mesmo no contexto de Ditadura Militar, sob a vigência da reforma universitária. A trajetória do estágio curricular obrigatório acompanhou essas transformações, passando por diferentes configurações ao longo dos anos, desde os primeiros registros em 1979 até as regulamentações mais recentes estabelecidas pela Política Nacional de Estágio.

A supervisão de estágio desempenha um papel fundamental na formação profissional, proporcionando um ambiente de aprendizado prático e reflexivo. A partir das Diretrizes Curriculares da ABEPSS e das legislações vigentes, o estágio supervisionado tornou-se uma etapa indispensável na formação profissional, promovendo a articulação entre universidade e campo de trabalho, e fortalecendo o compromisso ético-político da profissão. Dessarte, a

história do estágio curricular em Serviço Social na UFPI reflete não apenas a evolução da profissão, mas também os desafios e conquistas enfrentados ao longo do tempo.

## **REFERÊNCIAS**

ABEPSS. **Diretrizes curriculares para o curso de serviço social**. Brasília (DF): ABEPSS, 1996.

AGUIAR, Antônio Geraldo de. **Serviço Social e Filosofia: das origens a Araxá**. 6a Ed. São Paulo: Cortez Editora, 2011.

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. “Questão Social” e o Serviço Social no Brasil. In: SILVA, Maria Liduína de Oliveira (Org). **Serviço Social no Brasil: História de resistências e de ruptura com o conservadorismo**. São Paulo: Cortez, 2016, p. 77-96.

CAPUTI, Lesliane. **Supervisão de Estágio em Serviço Social**. Campinas: Papel Social, 2021.

GUIMARÃES, Simone de Jesus. **Trajetória de vida, trajetória acadêmica: alunos e egressos do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí**. Teresina: 1995.

LE GOFF, Jacques. **História Oral**. Tradução: Bernardo Leitão et al. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

LEWGOY, Alzira Maria Baptista. **Supervisão de estágio em Serviço Social**. 2a ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social: Identidade e Alienação**. 6a ed. São Paulo: Cortez, 2000.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social: Uma análise do Serviço Social no Brasil Pós-64**. 17 Ed. São Paulo: Cortez, 2015.

NETTO, José Paulo. Para uma história nova do Serviço Social no Brasil In: SILVA, Maria Liduína de Oliveira (Org). **Serviço Social no Brasil: História de resistências e de ruptura com o conservadorismo**. São Paulo: Cortez, 2016, p. 49-76).

UFPI. **Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Serviço Social**. Teresina, 2012.

VILARINHO, Lúcia da Silva Vilarinho; PEREIRA, Sofia Laurentino Barbosa; COSTA, Teresa Cristina Moura. Estágio supervisionado no contexto pandêmico: olhares a partir da experiência do curso de serviço social da UFPI In: PEREIRA, Sofia Laurentino Barbosa; COSTA, Teresa Cristina Moura; VILARINHO, Lúcia da Silva (Orgs). **O estágio supervisionado em serviço social no Piauí: saberes e experiências**. Teresina: EDUFPI, 2023, p. 159- 186.